

Novas configurações culturais na era informacional, a partir da globalização

New cultural configurations in the informacional age from the globalization

Divina Eterna Vieira Marques
Professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG, especialista em Políticas Públicas, mestra em Filosofia pela PUCCAMP/SP e doutoranda em Ciências Ambientais (UFG/GO).
E-mail: divina_marques@msn.com

Maria do Amparo Albuquerque Aguiar
Professora da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia/ UFG, mestra em Teoria Econômica e Doutora em História Econômica ambos cursado na USP.
E-mail: mamparo@terra.com.br

Resumo

O propósito deste trabalho é analisar a globalização, enfatizando o ponto de vista cultural. O eixo das discussões está centrado em Gilberto Dupas, Joseph E. Stiglitz, Manuel Castells e Octávio Ianni. Inicialmente, falaremos sobre globalização e, num segundo momento, mediante conexões demonstradas, vamos discorrer sobre os aspectos que denotam novas configurações culturais, considerando a era da informação.

Palavras-chave: globalização, informação, exclusão, cultura e sociedade.

Adam Smith (1983) achava que a liberdade de cada um produzir e competir com o próximo, em qualidade e preço, equilibraria o mercado. Não foi o que aconteceu: o liberalismo econômico sofreu diversas transformações. Conhecido hoje como neoliberalismo, em alguns aspectos chega a ser voraz e quase desumano. Marx (1985-86) via na luta de classes o esgotamento do capitalismo, devido às suas próprias contradições. Mas o capitalismo está se tornando cada dia mais vigoroso e as experiências do socialismo não foram bem sucedidas: caiu o muro de Berlim, os russos estão tomando Coca-Cola e uma boa parte do mundo viu essas transformações com naturalidade e, até mesmo, com um certo alívio.

Alvin Tofler (1980) previu que depois da primeira onda – uma fase agrícola – e da segunda onda – uma fase industrial – viria a TERCEIRA

ONDA. E, de fato, veio: a revolução tecnológica. Mas ele estava otimista demais em relação às transformações sociais que acompanhariam essas transformações tecnológicas. A nova fase não tem modelo nem regras, a não ser a da competitividade exacerbada.

Assistimos, então – alguns estarecidos, outros deslumbrados –, o aprimoramento estratégico do neoliberalismo e a consolidação do capitalismo num mundo que parece se orgulhar da globalização. Quais os efeitos dessas mudanças? As pessoas estão vivendo melhor? Foram socialmente beneficiadas? Não é exatamente esse o caminho que as transformações estão tomando. Vejamos como se desenvolveu o processo de globalização.

O que se discute e questiona na globalização é o aspecto econômico, da forma como ele foi alavancado

pela revolução tecnológica e da forma como vem sendo conduzido pelos magos do capitalismo. Stiglitz (2002, p.36,37) argumenta que em seu nascedouro as intenções eram boas e que para entender o que deu errado é preciso analisar as três principais instituições que controlam a globalização: o FMI (Fundo Monetário Internacional); o Banco Mundial, criado como BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) e a OMC (Organização Mundial do Comércio). Além dessas, há uma série de outras instituições que desempenham um papel específico no sistema econômico internacional – bancos regionais, irmãos menores e mais jovens do Banco Mundial, e um grande número de organizações das Nações Unidas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development Program).

Stiglitz concentra sua análise no FMI e no Banco Mundial, do qual foi vice-presidente sênior durante sete anos, ao mesmo tempo em que era chefe do Conselho de Consultores Econômicos do governo Clinton. Ele discorre sobre o surgimento do FMI e do Banco Mundial, relatando que essas instituições surgiram durante a Segunda Guerra Mundial, em decorrência da Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas, em Bretton Woods, New Hampshire, em julho de 1944, como parte de um esforço conjunto para financiar a reconstrução da Europa após a devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial, e para salvar o mundo de depressões econômicas futuras. Ao FMI coube a tarefa de assegurar uma

estabilidade econômica global. A instituição foi encarregada de impedir mais uma depressão global.

Para tanto, exerceria pressão internacional sobre os países que não estivessem contribuindo com uma parte justa para manter a demanda global agregada, permitindo que suas próprias economias entrassem em depressão. Quando necessário, ele também forneceria liquidez, na forma de empréstimos, para as nações que estivessem passando por um período de declínio econômico e incapacitadas de estimular, por meio de seus próprios recursos, a demanda agregada.

Assim, segundo seu conceito original, o FMI era fundamentado num reconhecimento de que os mercados, em geral, não funcionavam bem – eles poderiam gerar desemprego em massa e deixar de disponibilizar verbas para os países que precisassem de ajuda na restauração de suas economias. O FMI foi fundamentado na crença de que havia uma necessidade de ação coletiva em nível global para a consecução da estabilidade econômica, da mesma maneira que a ONU havia sido fundamentada na crença de que era preciso uma ação coletiva, em nível global, para a consecução da estabilidade política. O FMI é uma instituição pública, mantida com dinheiro fornecido pelos contribuintes do mundo todo (Stiglitz, 2002, 39).

No entanto, embora mantido por contribuintes do mundo todo, são as nações desenvolvidas que comandam o espetáculo, sendo que somente um país, os Estados Unidos, tem poder de veto. Processo semelhante ocorre quando uma decisão é tomada pelas Nações Unidas: as potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial é que têm poder de veto. Mudanças bastante significativas ocorreram no FMI ao longo do tempo, redirecionando o

eixo sobre o qual foi edificado. Se no começo baseava-se no conceito de que, em geral, os mercados funcionam mal, agora defende a supremacia do mercado. Se, anteriormente, estava fundamentado na crença de que era preciso pressionar os países para obter políticas econômicas mais expansivas, hoje o FMI concede recursos somente se os países se engajarem em políticas como corte dos gastos, aumento dos impostos e elevação das taxas de juros – medidas que levam a uma retração da economia. Keynes estaria se revirando no túmulo se pudesse ver o que aconteceu com o projeto que idealizou (Stiglitz, 2002, p.39).

A partir de 1980 – quando Ronald Reagan e Margaret Thatcher pregavam uma ideologia de livre mercado nos Estados Unidos e no Reino Unido –, o FMI e o Banco Mundial tornaram-se uma espécie de instituições missionárias, por meio das quais essas idéias eram impostas aos relutantes países pobres que, via de regra, precisavam muito de seus empréstimos e concessões. Os ministros da Fazenda das nações mais pobres do mundo estavam dispostos a se converter – havendo necessidade – para obter os recursos, muito embora a grande maioria dos funcionários desses governos, mais especificamente as pessoas nesses países, permanecessem descrentes. Foi então que o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, nomeado presidente do Banco em 1968, tocado pela pobreza que presenciou em todo o Terceiro Mundo, tentou redirecionar a atuação do Banco. O projeto, no entanto, foi alterado em 1981, quando o novo governo escolheu William Clausen como presidente do Banco e Ann Krueger como economista-chefe, que viam os

livres mercados como solução para os problemas dos países em desenvolvimento (Stiglitz, 2002, p.40).

O fato é que as crises no mundo estão mais intensas e freqüentes nos últimos 25 anos – apenas não superaram ainda a Grande Depressão. Segundo Stiglitz, cerca de cem países atravessam crises atualmente. Essas crises que o autor enumera têm naturezas diversificadas:

A globalização hoje não está dando certo para muitos dos pobres do mundo. Não está dando certo para grande parte do meio ambiente. Não está dando certo para a estabilidade da economia global. A transição do comunismo para uma economia de mercado foi tão mal administrada que, com exceção da China, do Vietnã e de alguns países da Europa Oriental, a pobreza aumentou, enquanto a renda diminuiu (Stiglitz, 2002, p.263).

Abandonar a globalização não seria uma saída, segundo Stiglitz. Para ele, a proposta não é exequível nem desejável, por entender que a globalização também trouxe benefícios relevantes. “O sucesso da Ásia oriental baseou-se na globalização, em especial nas oportunidades de comércio e em um maior acesso a mercados e à tecnologia. A globalização trouxe um sistema de saúde melhor, além de uma sociedade civil global ativa, lutando por mais democracia e maior justiça social” (Stiglitz, 2002, p.263).

O que se observa é que o problema não está na globalização, mas na maneira como ela foi gerida; está nas instituições econômicas internacionais, no FMI e na OMC, pois são elas que ajudam a estabelecer as regras do jogo. Stiglitz explica que essas instituições atuam de tal forma que, com freqüência, acabam servindo aos interesses dos países industriali-

zados mais avançados – e a interesses particulares de alguns indivíduos nesses países –, em detrimento dos interesses do mundo em desenvolvimento. “Mas” – prossegue o autor – “não é apenas que tenham servido a esses interesses: muitas vezes, abordam a globalização a partir de mentalidades especialmente estreitas, moldadas por um ponto de vista particular acerca da economia e da sociedade” (Stiglitz, 2002, p.263).

Então, é preciso pensar em reformas políticas e estratégicas. Muitos concordam com isso e até se organizam, como aconteceu com o movimento Jubilee 2000, que mobilizou um enorme apoio internacional para o perdão das dívidas. Igrejas no mundo desenvolvido apoiaram o movimento, por verem nele um imperativo moral, um reflexo de princípios básicos de justiça econômica. Alguns resultados foram alcançados:

O movimento Jubilee conseguiu um compromisso muito maior com o perdão das dívidas. Apesar de antes de 2000 ter havido um programa de amortização das dívidas para as nações altamente endividadas, poucos atenderam aos critérios que o FMI havia estabelecido. No final de 2000, como resultado de uma pressão internacional, 24 países já haviam sido aceitos.

rias a amortização das dívidas precisa continuar: como ela está agora, os acordos alcançam somente as nações mais pobres. Países como a Indonésia, devastada pela crise do Leste Asiático e pelos fracassos das políticas do FMI, ainda estão muito bem financeiramente para serem trazidos para debaixo do guarda-chuva (Stiglitz, 2002, p.295).

A globalização também é atacada por solapar valores

tradicionais, o que não é difícil de se compreender, pois o crescimento econômico (às vezes, induzido) resulta em urbanização, alterando a configuração das sociedades rurais tradicionais. Essa tem sido uma das preocupações da Europa, que defende suas políticas agrícolas não apenas em termos de interesses especiais, mas para preservar as tradições rurais. Nas pequenas cidades em todo o mundo, os habitantes reclamam dos grandes varejistas nacionais e dos shopping centers que matam seus pequenos negócios e suas comunidades. Stiglitz reconhece que, infelizmente, até o presente momento, os responsáveis por administrar a globalização, apesar de elogiarem esses benefícios positivos, mostraram, com relativa frequência, uma apreciação insuficiente desse lado adverso: a ameaça à identidade e aos valores culturais (Stiglitz, 2002, p.298).



Globalização e Cultura

A palavra globalização é um neologismo, embora seus indícios possam ser buscados já na época da ascensão do Império romano. No dicionário Aurélio, da Nova Fronteira, editado em 1975, consta apenas o que é Global, que significa por inteiro, total. McLuhan (1979) criou o termo “Aldeia Global” para referir-se ao mundo a partir dos meios de comunicação de massa. Mas, como aldeia, o mundo vinha apenas “se comunicando” globalmente. E disso podemos concluir por um intercâmbio de idéias e culturas a partir da troca de informações.

A globalização vai mais longe e tem uma lógica que pode se tornar perversa, na medida em que tenta homogeneizar as pessoas, as

aspirações, a necessidade de consumo. Nesse processo, a informação é uma arma quente, a serviço de uma indústria cultural que perpetua os desejos condicionados à perpetuação dos lucros.

Se os meios de comunicação já vinham enredando o homem em seu sonho de consumo, a revolução tecnológica ultrapassou limites inimagináveis: a instantaneidade das comunicações, a serviço do poder econômico, cresce como instrumento de dominação, enredando (literalmente) clientes, concorrentes, consumidores, pesquisadores, internautas e, como tal, adolescentes, amantes, donas de casa, consumidores e todos aqueles que descobriram as utilidades, as comodidades e o prazer de navegar pelas infovias. A respeito dessa nova configuração do mundo, Ianni (1999, p.12) traz uma percepção clara e simples:

De maneira lenta e imperceptível, ou de repente, desaparecem as fronteiras entre os três mundos, modificam-se os significados das nações de países centrais e periféricos, do norte e sul, industrializados e agrários, modernos e arcaicos, ocidentais e orientais. Literalmente, embaralha-se o mapa do mundo, umas vezes parecendo reestruturar-se sob o signo do neoliberalismo, outras parecendo desfazer-se no caos, mas também renunciando outros horizontes. Tudo se move. A história entra em movimento, em escala monumental, pondo em causa cartografias geopolíticas, blocos e alianças, polarizações ideológicas e interpretações científicas.

Não resta dúvida: estamos em um novo mundo, em que alguns problemas são velhos e de todos nós conhecidos. O mais emblemático deles é a desigualdade. Castells

discorre sobre o aumento da desigualdade, a polarização social, a pobreza e a miséria sob a ótica do capitalismo informacional, com a observação de que o informacionismo dá origem a uma profunda divisão entre pessoas e locais considerados valiosos e não-valiosos:

A globalização atua de forma seletiva, incluindo e excluindo segmentos de economias e sociedades das redes de informação, riqueza e poder que caracterizam o novo sistema dominante. A individualização do trabalho deixa os trabalhadores à mercê da própria sorte, tendo de negociar seu destino em vista de forças de mercado em mudança constante. A crise do Estado-nação, bem como das instituições da sociedade civil que se ergueram ao seu redor durante a era industrial, compromete a capa-cidade institucional de ajustar os desequilíbrios sociais derivados de uma lógica de mercado irrestrita. Em casos extremos, como ocorre em alguns Estados africanos e latino-americanos, o Estado, esvaziado de representatividade, transforma-se em predador do seu próprio povo. As novas tecnologias da informação são o instrumento desse remoinho global de acúmulo de riqueza e difusão de pobreza (Castells, 2002, p.191-192).

A desigualdade e a pobreza estão intrincadas num processo que vai além da reestruturação social – um problema tão difuso que, para delineá-lo, Castells criou uma metáfora por ele mesmo denominada de “buracos negros do capitalismo informacional”. Ele explica:

Referem-se a áreas da sociedade nas quais, do ponto de vista estatístico, não há escapatória da dor e da destruição infringida no elemento humano para aqueles que, de uma forma ou de outra, adentram esses cenários sociais. Esse é o atual estado de coisas, a menos que ocorra uma mudança nas leis que regem o universo informacional do capitalismo, pois, ao contrário das forças cósmicas, a ação deliberada do homem pode efetivamente mudar as regras da estrutura social, inclusive as que levam à exclusão social (Castells, 2002, p.192).

Quem são os indivíduos que habitam esses buracos negros de que fala Castells? As populações dos sem-teto, os tipos clássicos das periferias, as pessoas que tiveram alta dos sanatórios, as famílias jovens, levados pelos processos de desindustrialização e reestruturação, inquilinos despejados, adolescentes fugidos de casa, migrantes sem lar e mulheres espancadas, fugindo dos homens. Os buracos negros do capitalismo informacional também se configuram pelo vício das drogas, das doenças mentais, da delinquência, do encarceramento e da ilegalidade. Ou seja: caminhos que levam a condições específicas de destruição, aumentando a possibilidade de desvio irreversível do direito de levar uma vida de acordo com condições socialmente aceitáveis. Todos eles têm algo em comum: a pobreza de onde se originam ou para onde se encaminham.

De que forma as pessoas ingressam nos buracos negros do sistema? Por que razões? Como os territórios se tornam excluídos ou incluídos? As respostas estão em eventos específicos que convergem para os caminhos da marginalidade.

Castells dá o exemplo de um ditador ganancioso do Zaire que, com políticas descomprometidas com a questão social, conduziu o país a uma espiral descendente de pobreza.

Dentro desse processo de exclusão, Castells analisa também o analfabetismo funcional, numa sociedade que depende cada vez mais de uma capacidade mínima de decodificação da linguagem. E observa que essa incapacidade funcional está muito mais difundida nas sociedades avançadas do que se costuma admitir:

Assim, em 1988, uma pesquisa nacional de alfabetização do Departamento de Educação dos EUA revelou que de 21% a 23% de uma amostra nacional representativa – portanto, cerca de quarenta a 44 milhões de adultos nos Estados Unidos – tinha níveis claramente insuficientes de capacidade de leitura e redação em inglês, bem como em aritmética elementar. Dois terços deles não haviam chegado a concluir o segundo grau. Um quarto desses era representado por imigrantes no processo de aprendizado do inglês, o que, descontada essa parcela, ainda resulta em mais de trinta milhões de norte-americanos nativos funcionalmente analfabetos. Outros 25-28% demonstraram capacidades equivalentes ao que o estudo chamou de nível 2, ou seja, um nível de compreensão bastante limitado, que incluía a capacidade de receber instruções por escrito, mas que não chegava a ponto de escrever uma carta explicando um erro em um extrato de cartão de crédito ou marcar um encontro utilizando tabelas com horários de ônibus ou de aviões (Castells, 2002, p.193).

O analfabetismo funcional conduz naturalmente ao desemprego estrutural e este é, segundo Ianni, um aspecto



particularmente grave da nova ordem econômica. “Ao contrário do desemprego conjuntural, relativo ao metabolismo regular da economia” – prossegue o autor –, “o desemprego estrutural ou tecnológico, implica expulsão mais ou menos permanente das atividades produtivas. Decorre principalmente da contínua e generalizada tecnificação dos processos de trabalho e produção. Decorre da crescente potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho, pela adoção de tecnologias eletrônicas e informáticas. E isto tudo acelerado e generalizado pelos processos de contínua concentração e centralização do capital, em escala mundial. As freqüentes associações de capitais, bem como as reiteradas reinversões dos ganhos no mesmo empreendimento ou em outros, agilizam a força do capital e fragilizam a força de trabalho. Assim, o desemprego se mundializa” (Ianni, 1999, p.225).

Uma concepção cristã dava o trabalho como expiação do pecado original. Na Grécia antiga, os que perdiam as guerras trabalhavam para os vencedores. Isso configurou uma época em que 40 mil escravos trabalhavam pelo bem-estar de 5 mil cidadãos. Quantas vezes nos indignamos com a configuração do modelo fordista de trabalho ao assistirmos a repetição do apertar de parafusos em *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin? . Sonhávamos – como pregou Domenico De Masi – com um tempo em que as máquinas fariam o trabalho do homem e teríamos tempo para o “Ócio Criativo”. No entanto, conforme diz a metáfora de Ianni, o computador esta é devorando o homem. Vejamos:

Em larga escala, o desemprego estrutural está relacionado ao computador, como expressão e

síntese das técnicas eletrônicas incorporadas aos processos de trabalho e produção. Como realidade e metáfora, o computador ocupa o lugar do trabalhador, de uma parcela da força de trabalho. Com o agravante de que o trabalhador pode ser desempregado em caráter mais ou menos permanente; vai compor as subclasses que se formam em todo o mundo. Em outros termos, e desenvolvendo a metáfora, começa a ser possível dizer que os computadores estão devorando os homens (Ianni, 1999, p.225).

Os bancos estão se desumanizando, financeira e fisicamente: uma grande parte das operações é toda feita eletronicamente e a tendência é ampliar o sistema. As grandes redes hoteleiras contratam engenheiros especializados em mecanizar quase tudo – nos corredores dificilmente se vê um ser humano, a não ser os hóspedes. O ensino a distância não elimina o educador, mas coloca o seu papel no mesmo grau de importância atribuído à máquina. Será que chegaremos a ponto de sentir saudades do modelo fordista de trabalho? Ou do próprio trabalho como um sonho distante de segurança e estabilidade? Dupas acredita que já estamos vivendo esse momento, na medida em que o desemprego e a exclusão colocaram o homem numa situação de desamparo.

Agora, sem a proteção do Estado, o homem volta a sentir com toda força sua dimensão de desamparo. Freud nos havia lançado num mundo sem Deus, renegando o discurso iluminista de uma ciência que garantiria o bem-estar para todos e afirmando não haver fórmula universal para a felicidade. O discurso freudiano colocou a figura do desamparo no fundamento do sujeito, que assume

sua feição trágica, marcada pela finitude, pelo imprevisível e pela total incerteza. É a premonição de Marx e Engels no *Manifesto Comunista*: “Tudo que é sólido desmancha no ar”. Mesmo na visão ultra-otimista dos liberais convencidos das virtudes radicais do mercado e ainda que, a longo prazo, a acumulação pudesse permitir dar trabalho a 50% e lazer a 50% – ou a redução de jornada para todos, com o trabalho flexível impondo-se como regra –, a “dor de passagem” seria intensa (Dupas, 2000, p.203).

Se o Estado contemporâneo não se sente mais responsável pelo pleno emprego e as corporações transnacionais também não, o homem volta a sentir com toda força sua dimensão de desamparo. Essa observação condiz com o raciocínio de Dupas quanto à questão da violência dentro da sociedade:

Por outro lado, os grandes países da periferia do capitalismo estão acuados com o atual nível de violência de suas sociedades. A principal causa parece estar nas tensões geradas pela crescente concentração de renda e exclusão social das massas populacionais urbanas. Não podemos, nem devemos dizer que a pobreza é a causa da violência. No entanto, a convivência com uma mídia global que valoriza o comportamento anti-social e estimula padrões de consumo que poucos podem ter, traz à tona disparidades e diferenças que podem despertar ou estimular ações violentas. E esse é um fenômeno que já teve suas conseqüências confirmadas.

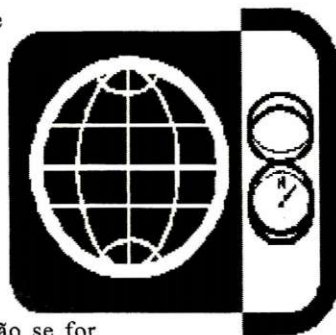
Os Estados nacionais e os partidos políticos perdem legitimidade e capacidade de mediação dessas tensões utilizando os controles tradicionais. A violência

passa a ser a regra de conduta. Em tese, o conflito social atual – pressão dos excluídos (desempregados, pobres, crianças de rua, jovens carentes ou infratores) sobre os incluídos – pode ser controlado. O Estado, no entanto, pode perder essa capacidade de mediação se for percebido envolvendo-se simplesmente numa “conspiração dos ricos em seu próprio interesse” (Dupas, 2000, p. 223-4).

É nesse quadro de desamparo dos mais fracos, indiferença dos mais fortes e perspectivas nebulosas para o futuro que se configura o mundo das drogas e, atrelado a este, o mundo do crime dentro do qual o poder paralelo recria conceitos e valores com conseqüências imprevisíveis para a sociedade como um todo. Sendo tênue o limite entre a lucidez e a loucura, a vida e a morte, o que importa é o gozo a curto prazo. Vejamos o que diz Dupas a esse respeito:

O sujeito da pós-modernidade é performático, vive só o momento, está voltado para o gozo a curto prazo e a qualquer preço. As drogas, oficiais e ilegais, oferecem a possibilidade concreta para as pessoas voltarem a ter uma performance. Vem daí a relação sutil existente hoje entre o narcotráfico e a psiquiatria: ambos tentam dominar o desamparo com a ajuda de drogas.

Como os atuais processos econômicos globais são de natureza conflituosa e excludente, especialmente nos países pobres, parece inevitável que a sobrevivência do espaço de ação dos Estados exija a competência em construir modelos de equilíbrio – ainda que baseados em tensão ou



conflitos – que apontem para crescimento econômico, políticas de emprego e certa desconcentração de renda (Dupas, 2000, p. 224).

A conclusão de Dupas a esse respeito é que a economia global, apesar de toda a sua vitalidade, está agravando a exclusão social. “O seu contínuo avanço não parece garantir que as sociedades futuras possam gerar – unicamente por mecanismos de mercado – postos de trabalhos, mesmo que flexíveis, compatíveis em qualidade e renda com as necessidades mínimas dos cidadãos” (Dupas, 2000, p.224).

Para concluir, vamos nos reportar a Castells, este bem mais otimista que Dupas. Para ele, a promessa da Era da Informação representa o desencadeamento de uma capacidade produtiva jamais vista, mediante o poder da mente. Para Castells, pensar é mais que existir (Kant). Pensar é produzir. Vejamos a conclusão de Castells a respeito da Era da Informação:

Penso, logo produzo. Com isso teremos tempo disponível para fazer experiências com a espiritualidade e oportunidade de harmonização com a natureza sem sacrificar o bem-estar material de nossos filhos. O sonho do iluminismo está ao nosso alcance. Todavia, há enorme defasagem entre nosso excesso de desenvolvimento tecnológico e o subdesenvolvimento social. Nossa economia, sociedade e cultura são construídas com base em interesses, valores, instituições e sistemas de representação que, em termos gerais, limitam a criatividade coletiva, confiscam a colheita da tecnologia da informação e desviam nossa energia para o confronto autodestrutivo. Essa situação não é definitiva. Não há mal eterno na natureza

humana. Não existe nada que não possa ser mudado por ação social consciente e intencional, munida de informação e apoiada em legitimidade. Se as pessoas forem esclarecidas, atuantes e se comunicarem em todo o mundo; se as empresas assumirem sua responsabilidade social; se os meios de comunicação se tornarem os mensageiros, e não a mensagem; se os atores políticos reagirem contra a descrença e restaurarem a fé na democracia; se a cultura for reconstruída a partir da experiência; se a humanidade sentir a solidariedade da espécie em todo o globo; se consolidarmos a solidariedade intergeracional, vivendo em harmonia com a natureza; se partirmos para a exploração de nosso ser interior, tendo feito as pazes com nós mesmos. Se tudo isso for possibilitado por nossa decisão bem informada, consciente e compartilhada enquanto ainda há tempo, então, talvez, finalmente possamos ser capazes de viver, amar e ser amados (Castells, 2002, p. 437-438).

Abstract

The intention of this work is to analyze the globalization, emphasizing the cultural point of view. The axle of these discussions is centered in the boardings of Gilbert Dupas (Global economy and social exclusion), Joseph E. Stiglitz (The globalization and its curses); Manuel Castells (End of Millennium); and Octávio Ianni (The age of the Globalism). Initially we go to discourse about globalization, at one second moment, through the demonstrated connections, we go to discourse on the aspects, which denote new cultural configurations, considering the era of information.

Keywords: globalization, information, exclusion, culture and society.

Referência

CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2002.

DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

IANNI, Octávio. A era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985-1986.

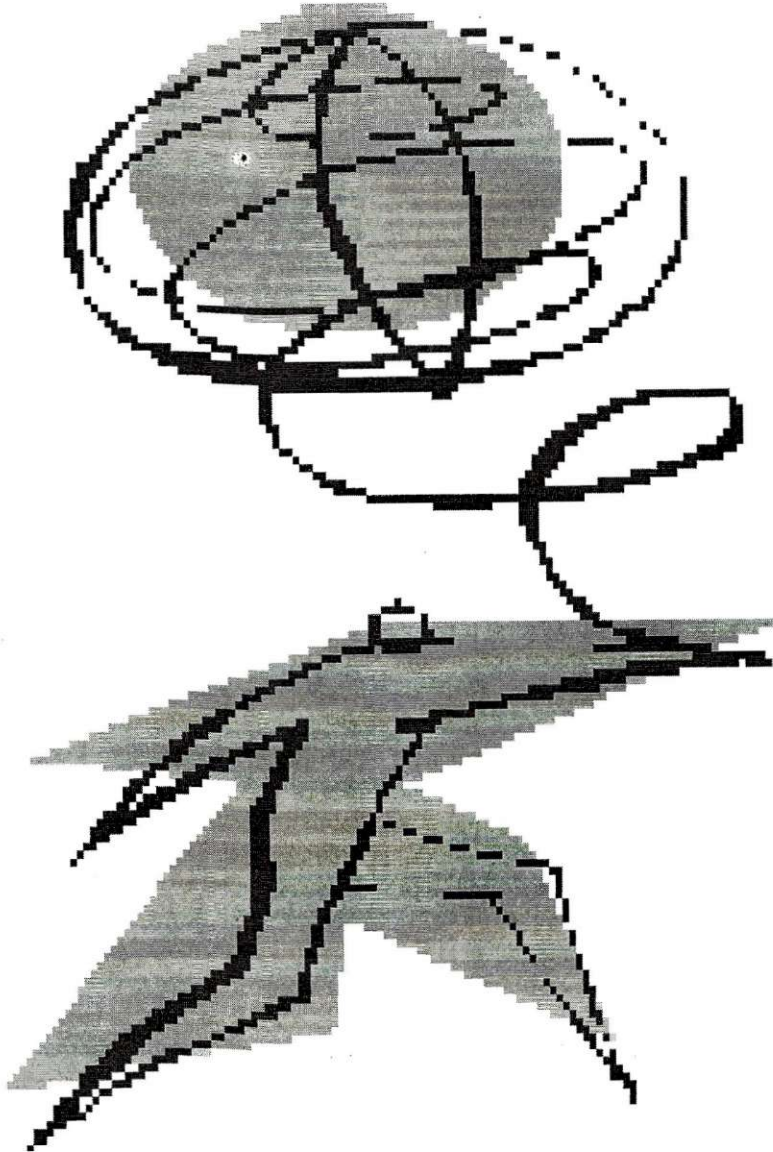
MCLUHAN, Marshall. O meio é a mensagem. In: Os meios de comunicação como extensões do homem (Understanding Media). São

Paulo: Cultrix, 1979.

SMITH, Adam. A riqueza das nações; investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas)

STIGLITZ, Joseph E. A Globalização e seus malefícios — a promessa não cumprida de benefícios globais. São Paulo: Editora Futura, 2002.

TOFFLER, Alvin. A Terceira Onda. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.



Data do recebimento: 15/09/2006

Data do aceite: 03/10/2006